



O MUNDO COMO REPRESENTAÇÃO: UMA ENTREVISTA COM ROGER CHARTIER

THE WORLD AS REPRESENTATION: AN INTERVIEW WITH ROGER CHARTIER

EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA COLIRIUM¹
(ENTREVISTADORA)

A ENTREVISTA



Prof. Dr. Roger Chartier²

¹ Responsáveis pela entrevista: Ricardo Cortez Lopes e Renat Nureyev Mendes.

² Disponível em: < <https://www.publishnews.com.br/materias/2016/08/17/2-edicao-do-paixao-de-publicar-discute-novos-meios-de-leitura-no-universo-digital> >. Acesso em: 01 de março de 2025.



REVISTA COLIRIUM: Esta entrevista abordará dois aspectos principais: (1) uma discussão sobre o senhor e suas ideias, buscando sistematizá-las, e (2) uma reflexão sobre a representação à luz de seu pensamento teórico, contribuindo para os campos dos estudos representacionais e da representologia. Para iniciarmos, gostaríamos de conhecê-lo melhor: quem é o Prof. Dr. Roger Chartier? Poderia compartilhar um breve panorama de sua trajetória acadêmica e também nos contar um pouco sobre sua vida além da academia?

ROGER CHARTIER: Sempre tive reticência frente a “ego histoire”, inventada por Pierre Nora. Pierre Bourdieu se burlava de estas narrações sem método e amiúde complacentes. Então, me limitarei ao contexto que (talvez) explicar meu interesse pela história. Na França dos anos sessenta do século XX, a televisão foi um poderoso instrumento de difusão cultural. Com um só canal até 1964 e somente dois até 1972, a televisão pública permitiu a um grupo de realizadores, unidos por um forte compromisso cívico, propor a um amplo público leituras sem livros graças às adaptações de romances do século XIX (particularmente de Dickens), às representações filmadas de obras teatrais canônicas (Molière, Racine, Hugo), às reconstituições de eventos históricos, aos programas dedicados aos livros e aos escritores, pintores ou monumentos. Nesse tempo, os realizadores mais engajados da televisão francesa pensavam que as pessoas sem livros – mas que possuíam televisores – deveriam poder encontrar na tela as obras, os conhecimentos e os prazeres tradicionalmente reservados a uma elite social dotada de bibliotecas. Sua esperança era magnífica, comparável, na sua vontade democrática, com o teatro popular imaginado e praticado por Jean Vilar na França, no *Théâtre National Populaire* ou por Giorgio Strehler, na Itália, no *Piccolo Teatro*, de Milão. O esforço acompanhava os mestres e professores em um ardente sonho de democratização cultural que devia permitir o acesso à leitura por parte das crianças sem livros. E foi em frente à tela em preto e branco de um modesto televisor que descobri muitos dos livros e das obras que me acompanham até hoje, que descobri que o passado é sempre presente no presente.

Os dados essenciais de minha trajetória acadêmica são: Nascido em Lyon em 1945; aluno da Ecole Normale Supérieure de Saint-Cloud, 1964-1969; Universidade Paris I, 1970-1975; Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1975-2007; Collège de France, 2007-2016. Agora sou Professor emérito do Collège de France (desde 2016) e Annenberg Visiting Professor da Universidade de Pensilvânia (desde 2002).



REVISTA COLIRIUM: O senhor poderia refletir se existe alguma afinidade eletiva entre as ciências humanas brasileira e francesa, dado o alto prestígio de teóricos franceses em terras tupiniquins?

ROGER CHARTIER: Entre a década de 1930 e o final dos anos 80, a história, a filosofia, a antropologia e a sociologia francesas se tornaram referências fundamentais para os pesquisadores e intelectuais brasileiros durante esses cinquenta anos. As razões eram múltiplas: o conhecimento bastante difundido da língua francesa (as conferências de Foucault foram pronunciadas em francês sem tradução), a força inovadora das propostas intelectuais dos *Annales*, do método filosófico de Foucault ou da sociologia de Bourdieu, a forte presença em Paris de estudantes de doutorado e dos exilados do tempo da ditadura. A situação é diferente hoje. As referências francesas, ainda importantes, não são tão exclusivas e/ou dominantes. No campo da história, os paradigmas dos *Annales* encontraram outras tradições: as *microstorie* de Ginzburg e Levi, a história dos conceitos, proposta por Reinhart Koselleck, a articulação entre história e antropologia praticada por Natalie Davis ou Robert Darnton, a volta à sociologia histórica de Norbert Elias. No campo da filosofia, Foucault ou Derrida devem coexistir com a filosofia analítica, a escola de Frankfurt e as obras de Jürgen Habermas ou Niklas Luhmann. O diálogo entre a França e o Brasil se encontrou assim localizado num contexto mais amplo, onde se cruzam tradições nacionais e abordagens teóricas. Não devemos deplorar isso nem ter saudade de uma situação apagada. Os entrecruzamentos entre várias tradições nacionais e diferentes abordagens metodológicas me parecem uma característica fundamental do tempo presente e se encontram em todos os campos de pesquisa: os estudos urbanos, a história da arte, a filosofia política e/ou a história da cultura escrita.

REVISTA COLIRIUM: Como descreveria a sua trajetória intelectual em termos de apropriação e uso de conceitos para sua atividade de pesquisa? Em outras palavras, você poderia fazer uma história do seu pensamento teórico?

ROGER CHARTIER: Minha trajetória intelectual se localiza nas mutações da historiografia francesa no final do século XX e na perspectiva que deslocou a história das mentalidades até outra abordagem, com os conceitos de representação, de práticas, de apropriação. Parece-me que a produção destes novos temas e novos conhecimentos não se pode atribuir a uma única tradição historiográfica. Daí a importância dos encontros com outras tradições intelectuais que



encontraremos nessa entrevista: a história da cultura escrita de Armando Petrucci, Guglielmo Cavallo e/ou Luciano Canfora, a sociologia dos textos de D.F. McKenzie, a filologia de Francisco Rico, o “*New historicism*” de Greenblatt, a crítica literária de João Hansen, a sociologia de Norbert Elias, a história dos historiadores ingleses da revista *Past and Present*, a história cultural de Natalie Zemon Davis e/ou Robert Darnton, e muitas outras leituras fundamentais para meu próprio trabalho. No campo de pesquisa que é o meu, a mestiçagem entre a “*histoire du livre*” (francesa), a tradição bibliográfica (inglesa e americana) e a história global da cultura gráfica (italiana) incitou a construir novos objetos de pesquisa, a introduzir novos conceitos (por exemplo, a materialidade do texto) e a apagar fronteiras herdadas entre obras literárias e documentos práticos, entre “*print culture*” e “*scribal culture*”, entre leitura e escritura.

REVISTA COLIRIUM: Sabemos que a história do livro e da leitura sempre foi o cerne de sua pesquisa. No entanto, o senhor chegou a escrever algo sobre a pandemia ou sobre as transformações do período pós-pandêmico?

ROGER CHARTIER: Nossa reflexão sobre a pandemia deve estar localizada numa dupla tensão temporal. A primeira se vincula com as duas definições opostas do evento. Com Braudel, podemos pensar como o resultado de transformações prévias. No caso do Covid-19, a globalização das trocas comerciais, a mobilidade das populações, a unificação microbiana do mundo. Assim entendido, o evento é decifrável, domável, domesticado pelo conhecimento. Sua análise e sua compreensão permitem moldar o futuro, fazer escolhas, reforçar ou limitar os efeitos das transformações. Mas esta definição do evento não é a única possível. Com Foucault, devemos pensar como uma ruptura fundadora, como uma descontinuidade que inaugura uma nova era, como um nascimento (uma palavra frequente nos títulos dos livros de Foucault). O evento não está já o presente antes de seu advento. Abre um futuro imprevisível, inapreensível. Impõe aos indivíduos mutações inelutáveis que nenhum discurso pode impedir ou controlar.

Uma segunda tensão existe entre “*Chronos*” e “*kairos*”, segundo as palavras de François Hartog. O tempo da pandemia foi (ou é, todavia) um tempo contraditório, que associou, paradoxalmente, urgência e suspensão. Urgências da informação, das descobertas médicas, das campanhas de vacinação, das decisões políticas. E também suspensão de um tempo posto entre parênteses, repetitivo, esvaziado das tarefas e dos compromissos do cotidiano. Estabeleceu-se assim

uma modalidade nova do “presentismo” que caracteriza as sociedades contemporâneas. Devemos a pensar como uma ocasião proveitosa, um momento oportuno, um “*kairos*” para transformar a situação excepcional em um futuro ordinário? Ou devemos conceber esta experiência como um episódio sem importância nem promessas para regime de historicidade e de temporalidade dominado pela ansiedade de um futuro sem porvir, pelo medo de um apocalipse sem escatologia? Todas as práticas impostas pela pandemia se localizam no quadro destas tensões: não só as relações com a morte, os moribundos e os mortos, as formas de sociabilidade e os hábitos culturais, mas ainda os modelos e as práticas da educação.

REVISTA COLIRIUM: Um de seus livros mais recentes trata sobre cartografia. Como o senhor definiria a cartografia a partir do conceito de representação?

ROGER CHARTIER: A inserção de mapas na ficção literária não era uma prática comum no início da era moderna. As gravuras em chapa de cobre precisavam ser impressas em outra prensa e em outra gráfica que não a composição tipográfica, o que aumentava o custo da edição e o preço do livro. O formato dos mapas dificultava a impressão das imagens na mesma página que o texto. A única solução foi inserir um mapa dobrável dentro da encadernação. Além disso, a “*ekphrasis*”, que supunha a possibilidade de produzir imagens na mente do leitor apenas pelo poder das palavras, era outra razão para a ausência de mapas na ficção ou seu desaparecimento nas novas edições da obra (é o caso, por exemplo, das traduções da *Utopia*, de Thomas More). No entanto, algumas obras narrativas ou poéticas eram acompanhadas por mapas e imitavam os gêneros mais familiarizados com mapas: crônicas, histórias universais, guias, diários de viagem. Podemos entender quais foram as razões para sua introdução no livro e, também, seus efeitos sobre a apropriação das obras por seus leitores enfatizando a tensão entre a representação cartográfica de um território real (como no caso das edições de 1780 e 1797-98 de *Dom Quixote*) e mapas materializando uma representação mental (como no caso da “*Carte de Tendre*”, que mobiliza o léxico topográfico e cartográfico para mapear sentimentos e sensações).



REVISTA COLIRIUM: Após essa visão mais ampla sobre o seu pensamento, gostaríamos de aprofundar a questão da representação dentro dele. Nos estudos representacionais, a representação é tomada como uma ferramenta teórica e empírica para investigar conhecimentos consolidados, como fez Émile Durkheim ao desenvolver o conceito de representações coletivas na sociologia. Nesse sentido, como o senhor define a representação, considerando sua trajetória de estudos e investigações?

ROGER CHARTIER: O conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam”, a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social. Obrigou, efetivamente, a repensar as relações que mantêm as modalidades da exibição do ser social ou do poder político com as representações mentais – no sentido das representações coletivas de Mauss e Durkheim – que dão (ou negam) crença e crédito aos signos visíveis que devem fazer reconhecer como tal um poder ou uma identidade.

REVISTA COLIRIUM: Qual é, em sua visão, a relevância de estudar a representação? Que contribuições esse conceito oferece para a compreensão dos fenômenos históricos, culturais e sociais? Enfim, para lermos o mundo como representação. O senhor se alinha deliberadamente a alguma tradição teórica mais consolidada? Possui um projeto intelectual que almeja desenvolver, que está em andamento ou que já concluiu? A questão da representação faz parte desse projeto, ou, na sua visão, ela se insere no campo da História Cultural?

ROGER CHARTIER: Com o decorrer dos anos, a noção de representação quase veio a designar por si só a história cultural. Nesse sentido, parece-me necessário começar a olhar para algumas das



críticas dirigidas ao uso historiográfico da noção de representação tal como eu propus com muitos outros.

A primeira crítica é epistemológica e considera que se enfatizarmos demais as representações coletivas ou individuais, iremos nos afastar da “realidade histórica pura e simples”, como disse Ricardo García Cárcel. Segundo ele, as representações sempre substituem os mitos históricos ao conhecimento historiográfico e, portanto, submetem os cidadãos da atualidade aos prejuízos e manipulações dos atores do passado. Nesse sentido, as representações do passado construídas ao longo do tempo “nos fizeram seus protagonistas”. As representações mentais sempre distorcem, ocultam ou manipulam o que foi e esta é a razão pela qual focalizar-se sobre elas não pode senão abrir os caminhos do relativismo, do ceticismo e das falsificações. Para que possam exercer-se de maneira adequada a “função crítica que é inerente à história”, os historiadores precisam se libertar das representações ilusórias ou manipuladoras do passado e estabelecer a realidade do que foi.

Uma segunda crítica é metodológica. É por exemplo a que dirigiu Angelo Torre ao meu trabalho em *Quadreni Storici*, em 1995. Segundo Torre, dar ênfase sobre o conceito de representação, definir as representações como um objeto histórico fundamental tem como consequência o esquecimento dos “comportamentos concretos e concretamente observados” e considera “como inútil o estudo do mundo real”. Daí, uma história, que será supostamente a minha, que “absorve as práticas dentro das representações e que renuncia ao entrecruzamento das fontes documentais”, uma história na qual “o documento se encontra reduzido a sua única dimensão textual”.

Não quero agora repetir os argumentos da minha resposta publicada no ano seguinte na mesma revista em que destaquei a fraqueza das falsas oposições propostas por Angelo Torre entre o mundo e as representações (que também são realidades), ou entre a análise das situações ou práticas concretas e o estudo dos textos (que as representam, as designam e distorcem-nas). Queria somente recordar que a história das representações foi criticada como uma história idealista que supostamente ignora os comportamentos, as ações e “as situações nas quais se produzem e se manifestam os fenômenos sociais”.

Então, a defesa de uma noção estigmatizada como relativista e idealista não é fácil. Porém, tentarei fazê-la porque penso que não existe história possível se não se articulam as representações

das práticas e as práticas da representação. Ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação.

Mas esta posição metodológica não significa de modo algum a redução – e menos ainda a anulação – das práticas nos discursos e as representações que as descrevem, as prescrevem, as proíbem ou as organizam. Tampouco implica uma renúncia à inscrição social tanto dos esquemas de percepção e juízo que são as matrizes das maneiras de dizer e fazer, que designei em diversos textos mediante o termo de “apropriação”.

REVISTA COLIRIUM: Sua abordagem sobre representação dialoga com diferentes tradições teóricas, incluindo a história cultural e a análise do discurso. Como essas influências moldaram seu pensamento?

ROGER CHARTIER: Minha abordagem tem sua origem no confronto de duas noções que transformaram profundamente nossa relação com a cultura escrita. A primeira é a de “materialidade do texto”, tal como foi definida em um artigo que se tornou clássico, “*The materiality of the Shakespearean Text*”, publicado em 1993 por Margreta De Grazia e Peter Stallybrass. O alvo deles era duplo. A crítica se dirigia, primeiramente, às abordagens estritamente formalistas, como a do *New Criticism* ou a da *Nouvelle Critique*, que consideram os textos como estruturas linguísticas cujo funcionamento é tido como totalmente independente das modalidades materiais da escrita. O segundo alvo, mais recente, era o *New Historicism*, que historiciza as relações ou “negociações” entre os discursos e as práticas do mundo social e as obras literárias, mas sem, com isso, prestar contas à historicidade precedente: a das formas de inscrição e de publicação dos próprios textos.

A segunda noção fundamental é a de “expectativas de leitura”. Não é necessário justificar as razões que inspiraram a vontade de associar “o leitor à obra”, já que o que se opera é o encontro entre o mundo do texto, que é sempre um mundo de objetos escritos ou de palavras leitoras ou declamadoras, e de um horizonte de expectativa, modelado por convenções, hábitos ou experiências passadas. Mas compreender o ato de leitura não é uma coisa simples. Todas as perspectivas críticas que o colocaram no centro de sua busca, desde a estética da recepção até a “*reader response*



theory”, sempre oscilaram entre pôr em evidência categorias ou estratégias compartilhadas por todos os leitores e leitoras pertencentes à mesma comunidade de interpretação, sob o risco de perder a originalidade de cada apropriação, e, por outro lado, a fascinação pela infinita diversidade das interpretações e dos usos dos textos, sob o risco de cair na coleta, ela mesma infinita, das singularidades.

Além disso, nunca as leituras não podem ser deduzidas dos textos e o leitor identificado com aquele esperado pelos autores ou editores. As leituras são situadas em um conjunto de condições de possibilidades definidas em cada momento histórico pelas estratégias de escrita, pela própria materialidade dos textos e pelos horizontes de expectativa das comunidades de interpretação. Compreender como, em tempos e lugares diferentes, para gêneros e públicos diversos, cruzam-se necessidades transgredidas e liberdades restringidas é a tarefa essencial compartilhada pela história cultural, a crítica literária e da análise dos discursos.

REVISTA COLIRIUM: Aproveitando a oportunidade, como a noção de representação se insere em sua obra? Com quais autores o senhor dialoga nesse campo? Um nome evidente é Durkheim, mas seria interessante conhecer outros pensadores que influenciaram sua trajetória, mesmo que não estejam explicitamente citados em suas referências bibliográficas.

ROGER CHARTIER: Uma referência fundamental para mim é a obra de Louis Marin. Ao juntar em sua própria historicidade as duas dimensões da representação moderna, transitiva e reflexiva, Marin deslocava a atenção para o estudo dos dispositivos e dos mecanismos graças aos quais toda representação se apresenta como representando algo. Na introdução de seu livro *Opacité de la peinture*, ele relembra os efeitos heurísticos do deslocamento que o conduziu de uma semiótica estrutural, fundada numa estrita análise da produção linguística do sentido, à “insistência sobre a exploração privilegiada dos modos e modalidades, meios e procedimentos da apresentação da representação”. Daí vem a atenção que devemos prestar a estes “procedimentos” que asseguram o funcionamento reflexivo da representação: nos quadros, a moldura, o enfeite, a decoração; para os textos, o conjunto dos dispositivos discursivos e materiais que constituem o aparato formal da enunciação. O trabalho de Marin se cruzava assim com as perspectivas analíticas que consideram os “efeitos de sentido das formas” ou “a relação da forma com a significação”, segundo os termos de D. F. McKenzie.



REVISTA COLIRIUM: E falando em influências, qual a influência de Pierre Bourdieu na sua obra e conceitos? Perguntamos isto, pois vocês dois já dialogaram em entrevistas e artigos. E, mais recentemente, o senhor ministrou um curso no SESC-SP intitulado de “Pierre Bourdieu e o mundo social”, onde apresentou os conceitos essenciais da obra do mencionado sociólogo francês.

ROGER CHARTIER: Uma influência decisiva. Além desse uso historicamente situado, a noção de representação transformou a definição dos grupos sociais. Como ressalta Pierre Bourdieu, “a *representação* que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente por meio de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu *ser-percebido*, quanto por seu *ser*, por seu consumo – que não necessita ser *ostentador* para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta posição comanda aquele consumo)”. As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica.

E a razão pela qual muitos trabalhos de história cultural utilizaram durante os últimos anos, tanto o conceito de representação – com o sem dito termo – como a noção de dominação ou violência simbólica que supõe que quem a sofre contribui para sua eficácia segundo a definição proposta por Bourdieu: “A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação; ou então, em outros termos, quando os esquemas por ele empregados no intuito de se perceber e de se apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro *etc.*), constituem o produto da incorporação das classificações assim naturalizadas”.

Semelhante perspectiva transformou profundamente a compreensão de várias realidades essenciais, tais como o exercício da autoridade, fundada na adesão aos signos, aos ritos e às imagens que fazem que seja vista e obedecida; a construção das identidades sociais ou religiosas, situada na tensão entre as representações impostas pelos poderes ou pelas ortodoxias e a consciência de pertencimento de cada comunidade; ou bem, as relações entre os sexos, pensadas como a

inculcação, pela repetição das representações e as práticas, da dominação masculina e também com a afirmação de uma identidade feminina própria, enunciada fora ou dentro do consentimento, pelo rechaço ou a apropriação dos modelos impostos. A reflexão sobre a definição das identidades sexuais, que Lynn Hunt designava em 1989 como uma das características originais da “*new cultural history*” constitui uma ilustração exemplar da exigência que habita hoje em toda a prática histórica: compreender, ao mesmo tempo, como as representações e os discursos constroem as relações de dominação e como estas relações são elas mesmas dependentes dos recursos desiguais e dos interesses contrários que separam àqueles cujo poder legitimam daqueles ou daquelas cuja submissão asseguram – ou devem assegurar. Então, tal como a entendo, a noção não está longe do real nem do social. Ela ajuda aos historiadores a desfazerem-se de sua “muito pobre ideia do real”, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. Elas possuem uma energia própria que convence o mundo, a sociedade que o passado é mesmo o que elas dizem que é.

REVISTA COLIRIUM: Em sua obra, o senhor destaca a relação entre texto e contexto na construção das representações. Como essa abordagem pode nos ajudar a compreender melhor as práticas culturais passadas e presentes?

ROGER CHARTIER: As obras parecem resistir ao tempo, permanecendo sempre idênticas a si mesmas. *Hamlet é Hamlet* para todos aqueles que viram, leram, representaram ou comentaram a tragédia ao longo dos séculos. No entanto, o encontro com essa peça sempre foi produzido pela leitura em uma edição particular, em uma encenação específica, em um idioma que não era necessariamente o do dramaturgo. David Scott Kastan descreveu como “platônica” a perspectiva que considera que as obras transcendem todas as suas possíveis encarnações, e como “pragmática” a estreita relação entre a construção do significado das obras e as formas de sua publicação e recepção. Essa perspectiva rompe não apenas com a crença “platônica” de que uma obra é sempre idêntica a si mesma e dotada de uma identidade transhistórica, mas também com o regime legal do “*copyright*”, que protege as obras independentemente de sua forma (edições impressas, adaptações cinematográficas ou televisivas) e com o senso comum que torna uma obra imediatamente reconhecível por seu título: *Don Quijote, Hamlet, Madame Bovary*.



Cinco razões que produzem a pluralidade de textos da “mesma” obra e, portanto, suas variações: o regime de atribuição dos escritos, das variantes textuais que modificam uma obra ao longo de suas sucessivas edições, as traduções, as transformações da materialidade da inscrição ou impressão dos textos e, finalmente, as leituras, interpretações e o apropriações. São estas cinco razões, inscritas na escrita, carregadas pelas formas de publicação, presentes nas expectativas dos leitores ou ouvintes, que dão aos textos sua mobilidade e às obras sua pluralidade.

REVISTA COLIRIUM: Que obras o senhor recomendaria para alguém que deseja compreender seu conceito de representação? Qual é o lugar que a representação ocupa em sua produção intelectual? O senhor a utiliza como um conceito analítico ou como uma teoria estruturante?

ROGER CHARTIER: Meus últimos livros mostram que para mim as representações são no mesmo tempo uma realidade mental capaz de produzir ações, comportamentos, práticas, e um conceito analítico que permite pensar a incorporação do mundo social como matriz das categorias dos julgamentos e das classificações. Além de sua definição teórica, o conceito de representação deve ser considerado como um instrumento heurístico. Daí seu uso nos meus últimos livros traduzidos em português: *Editar e traduzir. Mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII)*, Editora Unesp, 2022; *Un mundo sem livros e sem livrarias?*, Letraviva, 2020 ; *Mobilidade e materialidade dos textos*, Chapecó, Argos, e Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020; *A mão do autor e a mente do editor*, Editora UNESP, 2014; *Cardenio entre Cervantes e Shakespeare. História de uma peça perdida*, Civilização Brasileira, 2012; ou *Inscrever e apagar. Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*, Editora Unesp, 2007.

REVISTA COLIRIUM: Com o advento da digitalização e das novas tecnologias, a circulação dos textos e das representações sofreu mudanças significativas. Como o senhor avalia esses impactos e quais desafios eles apresentam para os hodiernos historiadores e demais estudiosos das ciências humanas?

ROGER CHARTIER: Parece-me que não podemos separar nossas reflexões sobre a escrita da história hoje de uma descrição das discontinuidades que separam a cultura digital do mundo da imprensa, apesar da inércia do vocabulário que procura domesticar as novidades denominando com palavras familiares – “página”, “livro”, “imprimir” – realidades inéditas. Ao romper o antigo laço

entre o texto e o objeto onde está inscrito, entre os discursos e suas materialidades próprias, o mundo digital obriga a uma radical revisão dos gestos e das noções que associamos à escrita. Não devemos menosprezar a originalidade do nosso presente. As diferentes transformações da cultura escrita, que no passado foram sempre separadas, apresentam-se simultaneamente no universo digital. A revolução da comunicação eletrônica é ao mesmo tempo uma revolução da técnica de produção e reprodução dos textos, uma revolução da materialidade e da forma de seu suporte e uma revolução das práticas da leitura. Estabeleceu-se assim uma nova ecologia da escrita, caracterizada por vários rasgos.

O primeiro é o uso do mesmo suporte para ler e escrever. No mundo pré-digital eram separados os objetos destinados à leitura dos textos impressos (os livros, revistas ou jornais) e os objetos que recebiam as escrituras pessoais (folhas, cadernos, cartas). No mundo eletrônico, é sobre a mesma tela que se associam estreitamente as duas práticas dos novos “*wreaders*”, leitores que escrevem e escritores que leem.

Uma segunda característica do mundo digital estabelece uma continuidade morfológica entre as diferentes categorias de discurso: mensagens das redes sociais, informações dos websites, livros ou artigos eletrônicos. Desaparece assim a percepção de sua diferença a partir de sua materialidade própria. Esta continuidade apaga os procedimentos tradicionais da leitura, que supõem tanto a compreensão imediata, graças à sua forma de publicação, do tipo de conhecimento ou prazer que o leitor pode esperar de um texto, quanto a percepção das obras como obras em sua identidade, totalidade e coerência.

Daí surge uma terceira característica. Sobre a superfície luminosa da tela aparecem fragmentos textuais sem que se possa ver imediatamente os limites e a coerência do texto ou do *corpus* (livro, número de revista ou de periódico) de onde são extraídos. A leitura descontínua, segmentada, dos textos digitais da autonomia aos fragmentos, transformados em unidades textuais descontextualizadas.

É a razão pela qual devemos convencer as instituições, os poderes públicos e os leitores de hoje que as várias formas de inscrição, publicação e apropriação dos escritos não são equivalentes e que, por onde, uma não pode ou não deve substituir-se a outra. Assim, as coleções digitalizadas não são equivalentes aos livros impressos das bibliotecas, os periódicos eletrônicos à sua edição sob papel – ou a compra de livros *online* às livrarias. É a percepção imediata, evidente, mas enganosa,



da equivalência a que pode explicar as contradições entre a resistência do livro impresso no mercado editorial e a crise de todas as instituições da cultura impressa: crise dos jornais que abandonam sua edição impressa, crise das livrarias que desaparecem, crise das bibliotecas que relegam suas coleções impressas. É contra a ideia de equivalência que deve afirmar-se a necessidade de manter e associar as três culturas do escrito que temos hoje em dia: a escritura de mão, a publicação impressa, o mundo digital.

Hoje o desafio lançado à edição acadêmica pelo mundo digital tem outra forma que se chama “Inteligência Artificial”. A expressão pode parecer um oxímoro se se define a inteligência não somente como um modelo de raciocínio lógico que pode reproduzir uma máquina, senão também como a capacidade humana a compreender, domar, aproveitar situações particulares. As definições da inteligência artificial enfatizam esta característica de uma inteligência que pode “simular” a inteligência humana em seus procedimentos de raciocínio e aprendizagem. Porém as definições da inteligência humana não se limitam a essas operações cognitivas. No Aurélio, o primeiro sentido de inteligência a define como capacidade de “adaptar-se” e o segundo como “destreza mental, agudeza, perspicácia”, o que implica a curiosidade, os afetos, as emoções, os sentimentos próprios aos seres humanos. Daí as reticências frente à expressão “inteligência artificial” e a preferência para outras formulações tais como “informática algorítmica” ou “inteligência auxiliária”.

Parece-me que para a relação entre a inteligência artificial generativa e a atividade editorial devemos distinguir dois desafios. O primeiro se liga com a produção automática dos textos e das imagens. Começou a discussão ou a inquietude com as traduções automáticas que, quando usadas pela edição, limitam o papel dos tradutores à revisão de um texto já traduzido e, conseqüentemente, impõem contratos que reduzem seu pagamento. No caso da tradução, a inteligência artificial se apodera de um texto já presente. Não é o caso com a produção de conteúdos originais mobilizando os imensos recursos dos bancos de dados digitais oferecidos pelas bibliotecas digitais e os arquivos da Internet. Exemplos espetaculares se multiplicaram: composição da décima sinfonia de Beethoven, fotos falsificadas, textos plagiados. Não é sempre fácil detectar as falsificações.

Um segundo desafio lançado pela inteligência artificial, a edição não se vincula com as práticas da escrita, da tradução ou da publicação, mas com a existência mesma do livro como fonte fundamental do conhecimento. O ChatGPT desloca a busca das informações desde a leitura do livro

ou da revista até a conversação com uma ilusão reforçada da presença de um interlocutor humano nesse diálogo.

A inteligência artificial generativa se torna um poderoso fator de redistribuição das tarefas, de redefinição dos ofícios e de produção textual. Em cada uma de estas dimensões promete possibilidades sedutoras e ameaça os conceitos fundamentais da cultura escrita definida a partir do século XVIII pela ligação entre as noções de originalidade das obras, de responsabilidade autorial e de propriedade intelectual. Opõem-se termo a termo com a disponibilidade pública dos escritos, com o anonimato da escrita automática e com o reuso ou plágio dos textos já escritos. A revolução dos agentes conversacionais é não somente uma revolução técnica do acesso a informação como foram a aparição da escrita, a invenção da imprensa ou a revolução da internet, senão também uma ruptura com as categorias mais essenciais que construíram nossa ordem dos discursos.

REVISTA COLIRIUM: Agora gostaríamos de direcionar a conversa para questões relacionadas à representologia. Naturalmente, não estamos partindo da expectativa de um conhecimento prévio sobre essa área recente, mas sim promovendo um diálogo mais aberto. No livro *Repræsontologia: fundamentos da ciência das representações*³, há uma afirmação que gostaríamos que o senhor comentasse. O senhor concorda que, até o momento, o conceito de representação tem sido utilizado de maneira instrumental, servindo como ferramenta para a produção de dados em outras áreas do conhecimento? Por exemplo, a teoria das representações sociais fornecendo subsídios para a psicologia social, a história e a geografia; as representações coletivas de Durkheim estruturando a sociologia; as representações de Stuart Hall alimentando os estudos culturais; e as suas próprias contribuições fundamentando a História, entre outras abordagens. Qual é a sua visão sobre essa trajetória do conceito de representação?

ROGER CHARTIER: A questão essencial que aqui se coloca é a do processo pelo qual os leitores, os espectadores e/ou os ouvintes dão sentido aos textos de que se apropriam. A interrogação levou a uma reação contra o estrito formalismo da “*Nouvelle critique*” ou do “*New Criticism*” e fundamentou todas as abordagens que quiseram pensar a produção da significação como construída na relação entre os leitores e os textos. O projeto assumiu formas diversas no seio da crítica literária, centrando a atenção, seja na relação dialógica entre as propostas das obras e as

³ O livro “Repræsontologia: fundamentos da ciência das representações” (2024) está disponível no seguinte link: <https://www.academia.edu/119946361/Repraesontologia_Fundamentos_da_Ci%C3%Aancia_das_Representa%C3%A7%C3%B5es>.



categorias estéticas e interpretativas dos seus públicos – como na “*Rezeptiostheorie*” –, seja na interação dinâmica entre o texto e o seu leitor, entendido numa perspectiva fenomenológica pela “*Reader-response theory*”, seja nas transações que ocorrem entre as próprias obras e os discursos ou as práticas vulgares que são, ao mesmo tempo, as matrizes da criação estética e as condições da sua inteligibilidade, como o afirma o “*New Historicism*”.

Abordagens semelhantes obrigaram ao afastamento face a todas as leituras estruturalistas ou semióticas que remetiam o sentido das obras exclusivamente ao funcionamento automático e impessoal da linguagem. Elas se tornaram, por sua vez, o alvo das críticas da história cultural ou da crítica textual. Por um lado, elas consideram frequentemente os textos como existindo em si mesmos, independentemente dos objetos e vozes que os transmitem. Uma leitura cultural e textual das obras deve lembrar que as formas que dão a ler, a ouvir ou a ver os textos, também participam na construção do seu sentido. Daí a importância reconquistada pelas disciplinas ligadas à descrição rigorosa dos objetos escritos que transmitem os textos: a paleografia, a codicologia, a bibliografia. Daí também a atenção à historicidade primeira dos textos, aquela que lhes vem do cruzamento entre as categorias de designação e de classificação dos discursos próprios de um tempo, e a sua materialidade, entendida como o modo da sua inscrição sobre a página – ou da sua distribuição no objeto escrito.

Por outro lado, as abordagens críticas que consideraram a leitura como uma “recepção” ou uma “resposta” universalizaram implicitamente o processo de leitura, tomando-o um ato cujas circunstâncias e modalidades concretas não teriam importância. Contra um tal apagamento da historicidade do leitor, é preciso lembrar que também a leitura tem uma história (e uma sociologia) e que a significação dos textos depende das regras de interpretação, das competências e das práticas de leitura próprias às comunidades que constituem, na sincronia ou na diacronia, os seus diferentes públicos. A “sociologia dos textos”, entendida à maneira de D. F. McKenzie, tem, pois, por objeto o estudo das modalidades de publicação, de disseminação e de apropriação dos textos. Considera o “mundo do texto” como um mundo de objetos e de “*performances*” e o “mundo do leitor” como o da “comunidade de interpretação” à qual pertence e que define um mesmo conjunto de competências, de normas e de usos.

REVISTA COLIRIUM: A representologia se apresenta como a ciência dedicada ao estudo do comportamento e da composição das representações, fundamentando-se em métodos e teorias próprios. Qual é a sua percepção sobre essa proposta de uma ciência da representação? O senhor a considera viável dentro do quadro atual das ciências já estabelecidas? Ou acredita que a representação, por sua própria natureza, não possuiria um grau de complexidade suficiente para demandar uma disciplina autônoma? Poderia compartilhar suas reflexões sobre essa questão?

ROGER CHARTIER: Para mim, uma ciência das representações não pode se separar nem do estudo das formas textuais e materiais de sua inscrição nem da análise das modalidades de sua circulação e recepção. Então, o estudo das representações é um componente essencial de um projeto intelectual que supera as distinções tradicionais entre disciplinas ou campos de pesquisa e que associa em cada pesquisa particular os saberes das ciências da erudição, a perspectiva histórica e o conhecimento antropológico e sociológico.

REVISTA COLIRIUM: A questão central da teoria representológica, e que suas regras metodológicas buscam esclarecer, é a existência da meta-representação. A dúvida que se coloca é se há múltiplas representações distintas entre si em conteúdo – como se fosse um "catálogo" de representações – ou se, ao contrário, existe uma única representação capaz de alternar entre diferentes conteúdos. A representologia busca responder essa questão a partir de dados empíricos, mas gostaríamos de conhecer sua opinião preliminar sobre essa indagação teórica. Como o senhor enxerga essa problemática dentro do debate sobre a representação?

ROGER CHARTIER: Um princípio de análise fundamental consiste em posicionar as obras singulares ou o *corpus* de textos que são objeto de trabalho no cruzamento de dois eixos que organizam toda metodologia de história ou de sociologia cultural. Por um lado, um eixo sincrônico, que permite situar cada produção escrita em seu tempo, ou seu campo, e a coloca em relação com outras, que são contemporâneas ou pertencem a diferentes registros de experiência. Por outro lado, um eixo diacrônico, que a inscreve no passado do gênero ou da disciplina. Nas ciências mais exatas, esta presença do passado remete geralmente a durações breves, às vezes muito breves. O mesmo não ocorre com a literatura e as humanidades para as quais os passados mais antigos são sempre, de alguma forma, presentes ainda vivos nos quais novas criações se inspiram ou dos quais se distanciam. Que romancista contemporâneo poderia ignorar *Dom Quixote*?



Pierre Bourdieu via nessa contemporaneidade de passados sucessivos uma das características próprias dos espaços de produção e de consumo cultural: “Toda a história do campo é imanente ao funcionamento do campo e para ficar à altura de suas exigências objetivas, tanto como produtor, mas também como consumidor, é preciso ter o domínio prático ou teórico desta história.” Esta aptidão ou sua ausência distingue os sábios dos ingênuos e ela compreende as diversas relações que cada nova obra desenvolve com o passado: a imitação acadêmica, o retorno do kitsch, a volta nos antigos maestros, a ironia satírica, a ruptura estética. Ao escolher como alvos de suas paródias tanto os livros de cavalaria quanto os romances pastorais (quando Dom Quixote se transforma em pastor Quijotiz) e as autobiografias picarescas (com as alusões à narrativa de vida redigida pelo galeriano Ginés de Pasamonte), Cervantes instala no presente de sua escrita três gêneros com temporalidades bem diversas e contra os quais ele inventa uma maneira inédita de escrever a ficção, concebendo-a, como escreveu Francisco Rico, “não no estilo artificial da literatura, mas na prosa doméstica da vida”. Ele mostra, desta forma, o “*ingenio lego*”, o gênio ignorante, que os sábios não são os únicos que fazem bom uso da história dos gêneros e das formas.

REVISTA COLIRIUM: O senhor considera que a representação é, por natureza, um tema multidisciplinar, sendo abordado por diferentes campos do conhecimento, ou acredita que ela emerge de um domínio específico? Em caso afirmativo, qual seria esse campo? Além disso, como o senhor enxerga a relação entre história e representação? A representação é um conceito fundamental para a prática historiográfica, ou sua presença na história é mais circunstancial e metodológica?

ROGER CHARTIER: Pascal nos indica a resposta. Quando desvela o mecanismo da “exibição” que se dirige à imaginação e produz a crença, Pascal opõe a quem necessita de um “dispositivo” tal, e aqueles para quem ele é completamente desnecessário. Entre os primeiros, os juízes e os médicos: “Os nossos magistrados conheceram bem esse mistério. As suas togas vermelhas, os arminhos com que se enfaixam como gatos peludos, os palácios em que julgam, as flores-de-lis, todo esse aparato augusto era muito necessário; e, se os médicos não tivessem sotainas e galochas, e os doutores não usassem borla e capelo e túnicas muito amplas de quatro partes, nunca teriam enganado o mundo, que não pode resistir a essa vitrina tão autêntica. Se possuíssem a verdadeira justiça e se os médicos fossem senhores da verdadeira arte de curar, não teriam o que fazer da borla e do capelo; a majestade destas ciências seria venerável por si própria. Como, porém, possuem apenas ciências



imaginárias, precisam tomar esses instrumentos vãos que impressionam as imaginações com que lidam; e destarte, com efeito, atraem o respeito”. Enquanto os soldados não necessitam dessa manipulação dos signos e dessas máquinas de produzir respeito: “Só os homens de guerra não estão disfarçados assim, porque na realidade a sua parte é mais essencial: estabelecem-se pela força, ao passo que os outros pela careta, *la grimace*”.

O contraste indicado por Pascal tem uma relevância particular para a história das sociedades do Antigo Regime. Em primeiro lugar, permite situar as formas da dominação simbólica, pela imagem, pela “exibição”, ou pelo aparato (o “*attirail*”, que é a palavra de La Bruyère), como o corolário do monopólio sobre o uso legítimo da força que pretende reservar-se o monarca absoluto. A força não desaparece com a operação que a transforma em poderio, mas esta força, que sempre está à disposição do soberano, parece posta em reserva pela multiplicação dos dispositivos (retratos, medalhas, louvores, relatos *etc.*) que representam a potência do rei e devem suscitar, sem recurso a nenhum tipo de violência física, a obediência e a submissão. Em consequência, os instrumentos da dominação simbólica asseguram ao mesmo tempo “a negação e a conservação do absoluto da força: negação porque a força não se exerce nem se manifesta, porque está em harmonia com os signos que a significam e a designam; conservação porque a força pela e na representação se dá como justiça, isto é, como lei que obriga iniludivelmente, sob pena de morte”. O exercício da dominação política se respaldou assim na ostentação das formas simbólicas, na representação do poder monárquico, dada a ver e a crer inclusive na ausência do rei graças aos signos que indicam sua soberania. Se estendêssemos esta coincidência entre Marin e Elias, poderíamos acrescentar que essa pacificação (ao menos relativa) do espaço social que, entre a Idade Média e o século XVII, transformou os enfrentamentos sociais abertos e brutais em lutas de representações cujo objetivo é o ordenamento do mundo social, e, portanto, o nível reconhecido a cada estamento, cada corpo, cada indivíduo. Semelhante análise mostra que o conceito de representação é fundamental para qualquer abordagem das ciências humanas e sociais.

REVISTA COLIRIUM: Sua abordagem enfatiza a interação entre leitores e textos na construção de significados. Como isso se relaciona com o conceito de representologia (a ciências das representações), que busca estudar as representações por si mesmas e entender as dinâmicas representacionais?

ROGER CHARTIER: A autoridade afirmada ou contestada da escrita, a mobilidade da significação, a produção coletiva do texto: essas são as tramas sobre as quais eu gostaria de inscrever as interações entre leitores e textos e situar a construção do sentido dos textos entre limites transgredidos e liberdades controladas. As formas materiais da escrita ou as competências culturais dos leitores sempre delimitam as fronteiras da compreensão. Mas sempre também a apropriação é criadora, produção de uma diferença, proposta de um sentido provavelmente inesperado. Afastada de todas as perspectivas, dominantes por muito tempo, que associam a significação dos textos unicamente ao desdobramento automático e impessoal da linguagem, tal abordagem visa reconhecer a articulação de uma *diferença* – aquela através da qual todas as sociedades, em modalidades variadas, delimitaram um âmbito particular de produções textuais, de experiências coletivas ou de prazeres estéticos – e *dependências* – as que inscrevem as criações literárias ou intelectuais nos discursos e práticas do mundo social que os tornam possíveis e inteligíveis. O cruzamento inédito de disciplinas que permaneceram longamente estranhas umas em relação às outras (a crítica textual, a história do livro, a sociologia cultural) tem desse modo um objetivo fundamental: compreender como as apropriações particulares e inventivas dos leitores, ouvintes ou espectadores dependem, de forma conjunta, dos efeitos de sentido visados pelos textos, dos usos e significações impostos pelas formas de publicação, e das competências e expectativas que comandam a relação que cada comunidade de interpretação tem com a cultura escrita.

REVISTA COLIRIUM: Nos Programas de Pós-Graduação brasileiros, há diversas linhas de pesquisa voltadas para História e Representações, sem dúvida influenciadas por sua obra. Além disso, muitos estudos no Brasil adotam seu conceito de representação como base teórica. Como o senhor avalia a leitura que os pesquisadores brasileiros fazem de sua noção de representação? Percebe diferenças significativas em relação às interpretações francesas, inglesas e/ou americanas? Se sim, quais seriam essas diferenças?

ROGER CHARTIER: Parece-me que hoje em dia se entrecruzam as diferentes definições do conceito de representação localizadas na sociologia francesa, desde Durkheim e Mauss até



Bourdieu, na semiótica ilustrada por Umberto Eco ou Louis Marin, no “*New Historicism*” e no projeto intelectual da revista *Representations*, e na apropriação inventiva dos pesquisadores brasileiros e a construção de uma ciência das representações. O principal desafio no mundo supostamente globalizado é persuadir cada um da necessidade de um conhecimento recíproco para que se tornem possíveis os entrecruzamentos entre estas abordagens diferentes. Isso supõe a circulação e tradução das obras, a consciência da pluralidade epistemológica e os esforços para sair das tradições nacionais bem estabelecidas.

REVISTA COLIRIUM: Antes de finalizarmos, responda objetivamente às seguintes perguntas:

a) Qual livro mais o marcou em sua vida?

ROGER CHARTIER: “Dom Quijote de la Mancha”.

b) E qual o seu livro de cabeceira?

ROGER CHARTIER: Muda cada noite.

c) Qual personagem de nossa história pátria você considera um verdadeiro herói?

ROGER CHARTIER: “Ai do país que precisa de heróis”, responde o Galileu de Bertolt Brecht.

d) E da história universal?

ROGER CHARTIER: Os povos que resistiram (e resistem hoje) às ditaduras e tiranias.

e) Se fosse para escolher outro país (que não a França) para ter nascido/vivido, qual escolheria?

ROGER CHARTIER: A ilha de Utopia de Thomas de More

f) Se pudesse sintetizar o conhecimento acumulado ao longo de sua experiência de vida em uma frase, o que diria às próximas gerações?

ROGER CHARTIER: “*Sapere aude*”.



REVISTA COLIRIUM: O que você espera deixar para a posteridade em relação ao seu nome?

ROGER CHARTIER: Não posso ou não quero responder a esta pergunta em forma de “*memento mori*”.